

ATAQUE À DEMOCRACIA

Dino vê “anomalias” da PRF durante eleição

Relatório mostra: decisões da corporação aumentam desconfianças de ingerência no pleito

» ANDREA MALCHER

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, divulgou, ontem, um relatório elaborado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) que detalha “anomalias” — como classificou — durante o segundo turno da eleição presidencial, em 30 de outubro do ano passado. O levantamento reforça a suspeita de uma ação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, então comandado por Anderson Torres, para interferir no resultado do pleito por meio de operações da PRF.

“A primeira anomalia: muito mais operações na região Nordeste que nas demais. Os órgãos de controle e investigação vão extrair conclusões desse fato objetivo e colher a defesa dos gestores da época para que expliquem as razões gerenciais que tiveram, à época, de determinar uma concentração de operações na região Nordeste”, explicou Dino.

Segundo o ministro, “a segunda anomalia foi a mudança de planejamento naquilo que havia sido programado para o primeiro e o segundo turno, e foi



Muito mais operações na região Nordeste que nas demais. Os órgãos de controle e investigação vão extrair conclusões desse fato e colher a defesa dos gestores da época para que expliquem as razões que tiveram de determinar uma concentração no Nordeste”

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública

duplicado com a alocação de mais recursos. E a terceira (anomalia): houve determinação para que a PRF atuasse com mais rigor, em parceria, inclusive, com a PF (Polícia Federal)”.

Os dados coletados pela PRF mostram que a quantidade de pontos fixos de fiscalização no Nordeste foi de 290. Tal número de blitzes chama a atenção se comparado com os das demais regiões: no Norte, foram 96 pontos; no Sudeste, 191; no Sul, com 181; e no Centro-Oeste, 153.

Ao analisar a distribuição de efetivo da PRF, entre agentes plantonistas e convocados, no

Nordeste foram deslocados 795 para o dia 30. No Sudeste, segunda região que mais concentrou policiais para a fiscalização de estradas, foram 528.

Entre ônibus fiscalizados entre os dias 28 e 30 de outubro de 2022, só no Nordeste 2.185 veículos passaram por barreiras da PRF. Uma distância grande em relação ao Norte (310), Sudeste (571), Sul (632) e Centro-Oeste (893). E no Nordeste, em 30 de outubro, 324 ônibus foram fiscalizados.

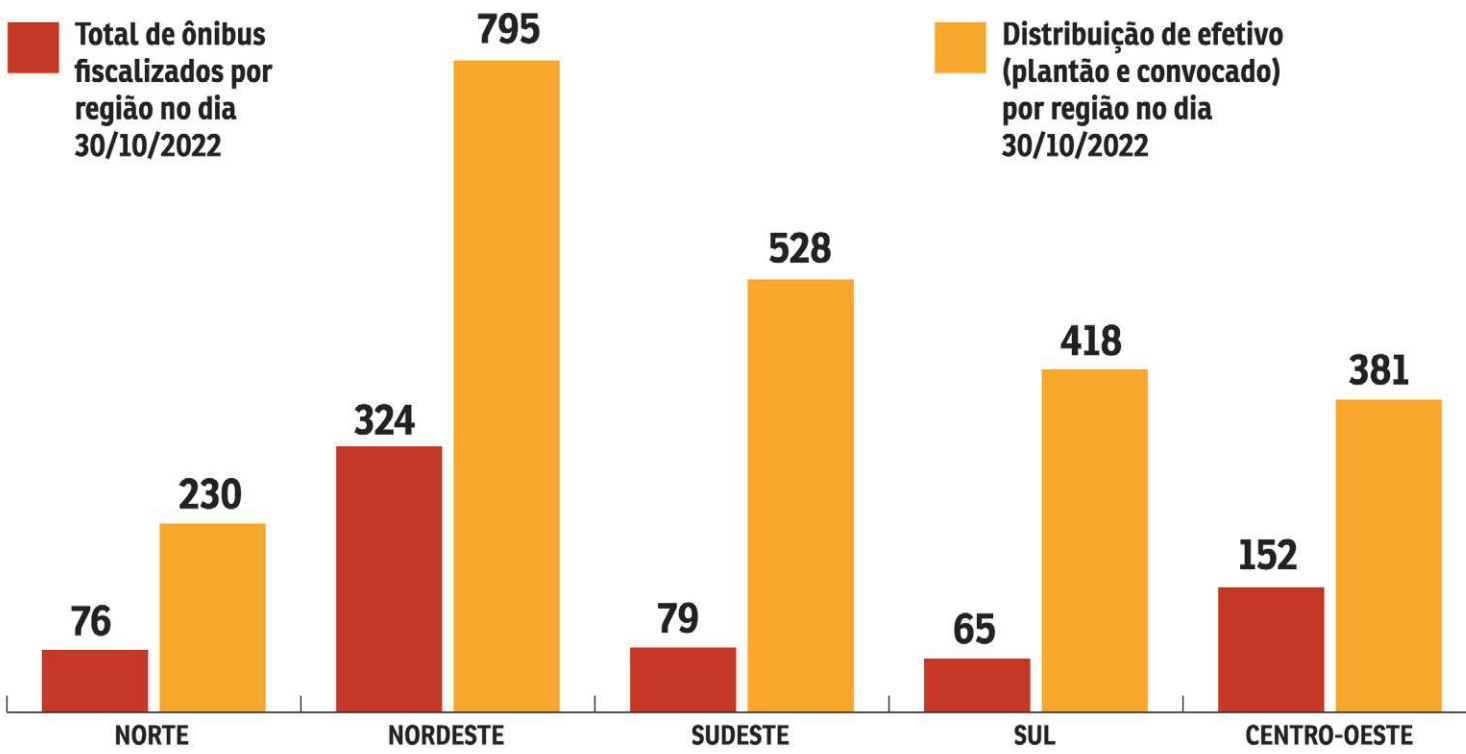
Dino salientou que as festas de São João costumam ser o período de maior atuação da

corporação no Nordeste, mas que a ação no segundo turno foi ainda maior. “Houve alguns casos em que a operação do dia 30 ultrapassou o total de operações realizadas naquele estado durante todo o ano”, comparou.

Até a alocação de recursos corrobora com a suspeita de que houve uma clara tentativa de interferir no resultado das eleições presidenciais. Em setembro de 2022, a PRF definiu que aplicaria R\$ 3,6 milhões para a atuação no período eleitoral, mas foram alocados mais R\$ 3,5 milhões para as fiscalizações em 30 de outubro.

“Chegou a ter mais de uma intervenção para esse planejamento específico para o segundo turno. Houve, sim, um direcionamento para o Nordeste. Depois, foi corrigido para Minas Gerais. Deixava claro que havia um interesse ali que não era, em si, rotineiro. A forma como foi dada nessa eleição, especificamente, foi bem diferente de todos os modi operandi anteriores da PRF”, observou o diretor-executivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Antônio Jorge Azevedo Barbosa.

Números reforçam suspeitas



Moraes mantém a prisão de Torres

» RENATO SOUZA

Em decisão tomada no começo da noite de ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a prisão preventiva de Anderson Torres, que está detido desde janeiro acusado de conivência e facilitação da invasão e depredação às sedes dos Três Poderes por vândalos bolsonaristas. O magistrado negou um pedido da defesa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do DF que contava com manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na petição protocolada no Supremo, os advogados de Torres afirmam “que dos 2.151 presos nas investigações dos atos

do dia 8/1/2023, somente 263 continuam segregados” — ou seja, ainda presos. Asseguram que o ex-ministro não oferece risco de interferir nas investigações.

Os advogados justificaram, também, que Torres tem filhas menores de idade e que estariam sofrendo com a prisão do pai. “A prisão deve ser analisada à luz do princípio da proteção à família, sendo o requerente casado, pai de três filhas, todas menores impúberes, que passaram a receber acompanhamento psicológico, com prejuízo de frequentarem regularmente a escola”, destaca um trecho do documento.

A defesa de Torres apela ao salientar que ele “entrou em um estado de tristeza profunda, chora constantemente, mal se alimenta

e já perdeu 12 quilos”. Tais argumentos, porém, não convenceram Moraes.

“A prisão preventiva de Anderson Gustavo Torres foi decretada como medida razoável, adequada e proporcional para garantia da ordem pública com a cessação da prática criminosa reiterada e de novos planos ilícitos para a quebra da normalidade democrática”, observa o ministro.

Moraes afirma que somente depois de decorridos mais de 100 dias da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, Torres forneceu as senhas de acesso ao celular, o que indica pouca colaboração com as investigações. “Nesse momento da investigação criminal, a razoabilidade e proporcionalidade continuam justificando a necessidade e adequação da

manutenção da prisão preventiva de Anderson Gustavo Torres”, aponta o ministro.

Novo depoimento

Em decisão anterior, Moraes determinou que Torres seja novamente ouvido no inquérito que apura as ações da PRF no segundo turno da eleição presidencial. O depoimento será na próxima segunda-feira e atende a um pedido da Polícia Federal (PF), que descobriu um documento com um mapeamento detalhado de locais onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu o primeiro turno do pleito. As investigações indicam que o objetivo era impedir que os eleitores dessas localidades chegassem às suas zonas de votação. **(Colaborou AM)**

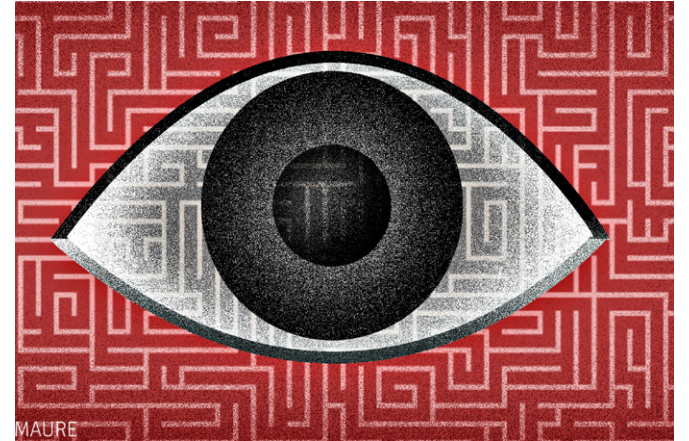
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azevedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson freire



Golpistas embaralham investigações do 8/1

Há mais coisas entre o céu e a terra do que os aviões de carreira, como diria o Barão de Itararé. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, levaram uma bola nas costas nessa história dos vídeos da invasão do Palácio do Planalto. Lula teve que demitir o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, que mantivera no cargo mesmo depois dos episódios de janeiro, porque confiava no amigo. Deveria ter separado a amizade das razões de Estado e defenestrado o general no mesmo dia. Não por uma questão de lealdade, que agora foi posta em dúvida, mas por incompetência mesmo.

Um “case” famoso de liderança é a história de um chefe de equipe de bombeiros em Los Alamos, no Novo México. Incêndios florestais, alimentados por ventos de até 100km/h, são constantes na região. Destroem casas e até o famoso laboratório onde foram fabricadas as bombas nucleares lançadas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão, no final da Segunda Guerra Mundial, já foi ameaçado. Há uns 20 anos, as chamas atingiram um edifício de pesquisa, uma construção de granito que contém poderosos explosivos, e chegaram a menos de 300m do depósito de plutônio usado na fabricação das bombas.

A grande dificuldade para combater os incêndios em Los Alamos são os ventos fortes e traiçoeiros, que mudam muito de direção. No caso citado, muito experiente, o chefe dos bombeiros percebeu que sua equipe seria cercada pelo fogo, pois a velocidade do vento era muito maior do que a capacidade de deslocamento dos bombeiros. Determinou, então, que todos ficassem onde estavam e incendiassem uma área suficientemente grande para que pudessem nela entrar e evitar que o incêndio principal tivesse o que queimar quando chegasse, o que de fato conseguiu evitar.

Entretanto, somente dois integrantes da equipe aceitaram sua orientação. Os demais tentaram fugir do fogo e morreram queimados, ao serem alcançados pelas chamas. O chefe da equipe de bombeiros fez tudo certo, mas, mesmo assim, foi demitido. Faltou-lhe capacidade de liderança.

É mais ou menos a situação do general Gonçalves Dias, na melhor das hipóteses. Deveria ter sido afastado no próprio dia 8 de janeiro. Agora, com a divulgação das imagens, sua situação se complicou ainda mais.

O mais grave, porém, é que complicou também a posição do governo, porque os vídeos corroboram a narrativa bolsonarista de que houve omissão das autoridades do governo. E embaralham as investigações.

As desculpas dadas por Gonçalves Dias são até plausíveis. Chegou ao local depois da invasão, não estava acompanhado de uma tropa capaz de enfrentar os vândalos que quebravam tudo pela frente, agiu para evitar que o terceiro e o quarto andares do Palácio do Planalto fossem invadidos, inclusive o gabinete presidencial. Os vídeos permitem esse tipo de interpretação, até porque foram editadas claramente com o objetivo de incriminá-lo.

Há muito a esclarecer. Por exemplo: a razão da preservação da identidade dos agentes do GSI que conversam amistosamente com os invasores. Para aumentar as dúvidas sobre seu comportamento, Gonçalves Dias dissera ao presidente da República que a câmera de segurança que gravou as imagens fora quebrada e ainda decretou sigilo de cinco anos sobre os demais vídeos.

Imagens

Sabe-se agora que as imagens reveladas pela CNN eram de conhecimento da Polícia Federal (PF), do Ministério Público Federal (MPF) e do Exército. Mas o GSI não sabia? Gonçalves Dias alega que foi traído. Quando houve a invasão, sua equipe era a mesma que havia sido formada pelo general Augusto Heleno, seu antecessor.

Entretanto, chefiou a equipe de transição do governo Lula e poderia ter escalado outro time, de sua confiança, no mesmo dia em que o *Diário Oficial* publicou sua nomeação. Na melhor hipótese, prevaleceria o espírito de caserna.

O ministro Alexandre de Moraes foi pego de surpresa. No dia da invasão, afastou o governador de Brasília, Ibaneis Rocha, enquanto Lula decretava uma intervenção na segurança pública do GDF. Mandou prender o ex-secretário de Segurança Anderson Torres, que fora ministro da Justiça de Bolsonaro. Já iniciou o julgamento dos bolsonaristas presos no acampamento em frente ao Estado Maior do Exército, em 9 de janeiro — cerca de 1,4 mil pessoas. Foram ouvidos até agora 81 militares.

Ontem, Moraes determinou que o governo informe se cumpriu integralmente duas decisões anteriores assinadas por ele: a obtenção das imagens de “todas as câmeras do Distrito Federal” e a oitiva de todos os envolvidos na contenção dos atos de 8 de janeiro.

Mandou ouvir, também, o general Gonçalves Dias e, novamente, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que é peça-chave da investigação. Em sua casa, fora apreendida uma minuta de decreto de Bolsonaro que anularia as eleições e destituiria Moraes da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Anderson, o candidato a vice Braga Neto, os generais Luiz Ramos (Secretaria de Governo) e Augusto Heleno (GSI), e o então comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, estavam dispostos a impedir a posse de Lula, se fosse dada a ordem para isso.

Bolsonaro foi demovido pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Fabio Faria (Comunicações), e o almirante Flávio Rocha (Assuntos Estratégicos). Foi aconselhado a deixar o país num jantar com o ministro Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, na casa de Faria. Em Miami, ao lado de Anderson e do filho Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Bolsonaro acompanhou o 8 de janeiro de camarote.